



	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 12ª LEGISLATURA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
MESA DIRETORA PRESIDENTE - André Ceciliano 1º VICE-PRESIDENTE - <i>Jair Bittencourt</i> 2º VICE-PRESIDENTE - <i>Renato Cozzolino</i> 3º VICE-PRESIDENTE - <i>Tia Ju</i> 4º VICE-PRESIDENTE - <i>Filipe Soares</i> 1º SECRETÁRIO - Marcos Muller 2º SECRETÁRIO - <i>Samuel Malafaia</i> 3º SECRETÁRIO - <i>Marina Rocha</i> 4º SECRETÁRIO - <i>Chico Machado</i> 1º VOGAL - <i>Franciane Motta</i> 2º VOGAL - <i>Dr. Deodalto</i> 3º VOGAL - <i>Valdecy da Saúde</i> 4º VOGAL - <i>Márcio Canella</i> SECRETÁRIO-GERAL DA MESA DIRETORA - <i>Geraldo Siqueira</i>	
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR Presidente: <i>Martha Rocha</i> Vice-Presidente: <i>Max Lemos</i> Membros: <i>Zeidan Lula, Léo Vieira, Rodrigo Bacellar, Flávio Serafini, Alexandre Knoploch</i> Suplentes: <i>Chicão Bulhões, Anderson Moraes</i> CORREGEDOR PARLAMENTAR - <i>Jorge Felipe Neto</i> CORREGEDOR PARLAMENTAR SUBSTITUTO - <i>Alexandre Knoploch</i>	
LIDERANÇAS LÍDER DO GOVERNO - <i>Márcio Pacheco</i> VICE-LÍDER - 1º <i>Alexandre Knoploch</i> - 2º <i>Carlos Macedo</i> MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB LÍDER DA BANCADA - <i>Rosenverg Reis</i> VICE-LÍDERES - 1º <i>Max Lemos</i> - 2º <i>Gustavo Tutuca</i> PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD LÍDER DA BANCADA - <i>Delegado Carlos Augusto</i> VICE-LÍDERES - 1º <i>Jorge Felipe Neto</i> - 2º <i>Rosane Felix</i> PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB LÍDER DA BANCADA - <i>Luiz Paulo</i> VICE-LÍDER - <i>Lucinha</i> PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT LÍDER DA BANCADA - <i>Zeidan Lula</i> VICE-LÍDER - <i>Waldack Carneiro</i> PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC LÍDER DA BANCADA - <i>Bruno Dauaie</i> VICE-LÍDER - <i>Sérgio Louback</i> PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT LÍDER DA BANCADA - <i>Martha Rocha</i> VICE-LÍDER - <i>Thiago Pampolha</i> PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB LÍDER DA BANCADA - <i>Carlos Minc</i> VICE-LÍDER - <i>Renan Ferreirinha</i> CIDADANIA LÍDER DA BANCADA - <i>Welberth Rezende</i> PARTIDO PROGRESSISTA - PP LÍDER DA BANCADA - <i>Dionísio Lins</i> PARTIDO LIBERAL - PL LÍDER DA BANCADA - <i>Brazão</i> PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL - PMN LÍDER DA BANCADA - AVANTE LÍDER DA BANCADA - <i>Capitão Nelson</i> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC do B LÍDER DA BANCADA - <i>Enfermeira Rejane</i> PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB LÍDER DA BANCADA - VICE-LÍDER - PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL LÍDER DA BANCADA - <i>Dr. Serginho</i> VICE-LÍDERES - 1º <i>Alana Passos</i> - 2º <i>Filippe Poubel</i> - 3º <i>Anderson Moraes</i> - 4º <i>Coronel Salema</i> PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO - PSDC LÍDER DA BANCADA - VICE-LÍDER - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL LÍDER DA BANCADA - <i>Flávio Serafini</i> VICE-LÍDERES - 1º <i>Renata Souza</i> - 2º <i>Dani Monteiro</i> REPUBLICANOS LÍDER DA BANCADA - <i>Carlos Macedo</i> VICE-LÍDER - <i>Daniel Librelon</i> PODEMOS - PODE LÍDER DA BANCADA - <i>Bebeto</i> VICE-LÍDER - SOLIDARIEDADE - SDD LÍDER DA BANCADA - <i>Rodrigo Bacellar</i> VICE-LÍDERES - 1º <i>Vandro Família</i> - 2º <i>Bagueira</i> PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE - PHS LÍDER DA BANCADA - <i>Valdecy da Saúde</i> DEMOCRATAS - DEM LÍDER DA BANCADA - <i>Fábio Silva</i> VICE-LÍDER - <i>Carlo Caiado</i> PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS LÍDER DA BANCADA - <i>Subtenente Bernardo</i> PARTIDO REPÚBLICANO PROGRESSISTA - PRP LÍDER DA BANCADA - <i>Renato Cozzolino</i> NOVO LÍDER DA BANCADA - <i>Chicão Bulhões</i> DEMOCRACIA CRISTÃ – DC LÍDER DA BANCADA - <i>João Peixoto</i> VICE-LÍDER - <i>Marcelo Cabelheiro</i> PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO – PRTB LÍDER DA BANCADA - <i>Léo Vieira</i> PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO – PTC LÍDER DA BANCADA - <i>Giovani Ratinho</i> PATRIOTA LÍDER DA BANCADA - <i>Val Ceasa</i>	
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Home Page: http://www.alerj.rj.gov.br E-mail: webmaster@alerj.rj.gov.br	

S U M Á R I O

Atos do Poder Legislativo.....	1
Expediente Despachado pelo Presidente	1
Indicações	6
Plenário	7
Ordem do Dia.....	12
Comissões.....	14
Atos e Despachos da Mesa Diretora.....	19
Atos e Despachos do Presidente.....	19
Atos e Despachos do Primeiro Secretário	19
Atos e Despachos do Diretor-Geral	19
Avisos, Editais e Termos de Contratos.....	20

Atos do Poder Legislativo

Faço saber que a **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro** aprovou, nos termos do Artigo 99, inciso VIII, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e eu, André Ceciliano, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01, DE 2019

FICAM APROVADAS AS CONTAS DE GESTÃO DO EXMO SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, LUIZ FERNANDO DE SOUZA (01.01 A 28.11.2018) E FRANCISCO OSWALDO NEVES DORNELLES (29.11 A 31.12.2018), REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando de Souza (01.01 a 28.11.2018) e Francisco Oswaldo Neves Dornelles (29.11 a 31.12.2018), referentes ao exercício de 2018.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 2019.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO
Presidente

Faço saber que a **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro** aprovou, nos termos do Artigo 99, inciso XVIII, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e eu, André Ceciliano, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02, DE 2019

APROVA AS CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018.

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro referentes ao exercício de 2018.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 2019.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO
Presidente

Autoria: COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.
Projeto de Decreto Legislativo nº 19/2019.

Faço saber que, tendo em vista a apreciação, na Sessão Ordinária de 12 de novembro de 2019, do Projeto de Resolução nº 296 de 2019 de autoria da Deputada Rosane Felix, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro resolve e eu, Presidente, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 202, DE 2019

CONCEDE O TÍTULO DE BENEMÉRITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO AO JUIZ FEDERAL MARCELO DA COSTA BRETAS.

Art. 1º Fica concedido o **TÍTULO DE BENEMÉRITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** ao Juiz Federal **MARCELO DA COSTA BRETAS**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 2019.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO
Presidente

Id: 2220807

Expediente Despachado pelo Presidente

PROJETO DE LEI Nº 1581/2019

PROÍBE A COBRANÇA DA TAXA DE CONVENIÊNCIA NA VENDA DE INGRESSOS PELA INTERNET E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Autor: Deputado CARLO CAIADO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Defesa do Consumidor; e de Economia, Indústria e Comércio.
Em 12.11.2019.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Fica vedada a cobrança ao consumidor final da Taxa de Conveniência relativa à disponibilização e venda, por meio eletrônico, de ingressos para show, teatro, cinema, evento esportivo ou qualquer espetáculo, via sítio eletrônico.

Parágrafo único. Entende-se por Taxa de Conveniência a prestação de serviço de venda de ingressos para show, teatro, cinema e outros eventos congêneres, adquiridos por meio de sítio eletrônico, aplicativos, telefone ou meios similares, em conjunto com a possibilidade do consumidor em imprimir o seu ingresso, apresentá-lo por meio eletrônico ou retirá-lo em quichê específico para este fim.

Art. 2º - É permitida a cobrança de Taxa de Entrega relativa à prestação de serviço de entrega em domicílio do consumidor ou em outro local por ele indicado, de ingressos para show, teatro, cinema e outros eventos congêneres, adquiridos por meio de sítio eletrônico, telefone ou outros meios similares.

§ 1º - A contratação em separado deste serviço fica a critério do consumidor.

§ 2º - Fica vedada a cobrança de Taxa de Entrega quando couber ao consumidor retirar o ingresso nas bilheterias oficiais ou em pontos de venda.

Art. 3º - Para facilitar o acesso do consumidor ao evento, será disponibilizado voucher ou comprovante de compra, permutável pelo bilhete ou ingresso, que poderá ser impresso por meio eletrônico no local de maior comodidade ao consumidor.

Parágrafo único. No dia e horário do evento, assegurar-se-á ao portador do ingresso por meio eletrônico ou voucher o acesso ao espetáculo diretamente nas catracas ou em quichê exclusivo, sem qualquer outra formalidade, salvo a necessária verificação a respeito da identidade do adquirente.

Artigo 4º - Os prestadores de serviço de venda de ingressos via internet deverão disponibilizar cópia na íntegra da presente Lei em seu sítio eletrônico.

Artigo 5º - Em caso de descumprimento da presente Lei, os infratores estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- Notificação;
- Multa de 1.500 Ufir;
- Multa de 3.000 Ufir, na primeira reincidência;
- Multa de 4.500 Ufir, na segunda reincidência;
- Suspensão das Atividades no Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. O valor arrecadado com a multa deverá ser revertido ao Fundo Especial de Apoio a Programas de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPROCON.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 12 de novembro de 2019
Deputado CARLO CAIADO

JUSTIFICATIVA

No dia 12 de março de 2019, a 3ª turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que a cobrança da taxa de conveniência para ingressos comprados pela internet em sítios eletrônicos de eventos é ilegal. Os ministros também entenderam que a decisão tem validade em todo o território nacional.

No voto, a relatora, ministra Nancy Andrighi, explicou que a venda de ingressos pela internet, que alcança interessados em número infinitamente superior do que o da venda presencial, privilegia os interesses dos promotores e produtores do espetáculo cultural.

No acórdão, a ministra escreve: *a venda do ingresso para um determinado espetáculo cultural é parte típica e essencial do negócio, risco da própria atividade empresarial que visa o lucro e integrante do investimento do fornecedor, compondo, portanto, o custo básico embutido no preço.* (grifo nosso).

E mais: *se os incumbentes optam por submeter os ingressos à venda terceirizada em meio virtual (da internet), devem oferecer ao consumidor diversas opções de compra em diversos sítios eletrônicos, caso contrário, a liberdade dos consumidores de escolha da intermediadora da compra é cerceada, limitada unicamente aos serviços oferecidos pela recorrida, de modo a ficar configurada a venda casada, nos termos do art. 39, I e IX, do CDC.* (grifo nosso).

O artigo 24 da Constituição Federal, inciso VIII, diz que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Assim, com base no exposto acima, espero embasar meus pares para aprovação desta importante matéria.

PROJETO DE LEI Nº 1582/2019

DETERMINA A AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM TODOS OS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DIRETA, INDIRETA E SUAS FUNDAÇÕES, COM A ÍNTEGRA DA LEI 5069/2007, NA FORMA QUE MENCIONA.

Autor: Deputado CARLO CAIADO

DESPACHO:

A imprimir e à Comissão de Constituição e Justiça.
Em 12.11.2019.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Todos os órgãos integrantes da Administração Pública, direta, indireta e suas fundações, em todo o Estado do Rio de Janeiro, ficam obrigados a afixar cartaz, em local visível ao cidadão, com a íntegra da Lei 5069/2007, que "TORNÁ DISPENSÁVEL A EXIGÊNCIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DIRETA, INDIRETA E SUAS FUNDAÇÕES DE AUTENTICAÇÃO DE CÓPIA, EM CARTÓRIO, DE DOCUMENTOS PESSOAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Artigo 2º - O Poder Executivo editará as normas necessárias para o fiel cumprimento da Lei.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 12 de novembro de 2019
Deputado CARLO CAIADO

JUSTIFICATIVA

A Lei 5069/2007 foi um importante marco para a desburocratização do serviço público ao dispensar a exigência de autenticação em cartório das cópias de documentos exigidos por órgãos integrantes da Administração Pública Estadual, direta, indireta e suas fundações, em todo o Estado do Rio de Janeiro, desde que utilizadas no interesse do requerente, em procedimento administrativo do mencionado órgão autenticador.

A Lei também desonerou o cidadão fluminense, que tinha que desembolsar recursos para autenticar documentos básicos como CPF, identidade, certidão de nascimento e comprovante de residência.

Entretanto, por falta de divulgação, muita gente não tem conhecimento da legislação e acaba gastando tempo e dinheiro com autenticações desnecessárias.